

**ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DO MILAGRE BRASILEIRO
– REGIME MILITAR**

Janayna Cruz Ibiapina
Universidade Federal de Campina Grande
janayna_ibiapina@hotmail.com
Juciene Ricarte Apolinário
Universidade federal de Campina Grande
apolinarioju@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os aspectos econômicos do período conhecido como “Milagre Brasileiro”, ocorrido durante o Regime Militar. Esta análise é feita de uma forma pouco usual, pois normalmente o período temporal é dividido em governos políticos, onde os presidentes é que são destacados, ao passo que neste trabalho ele é dividido em planos econômicos adotados, onde as pessoas que são enfatizadas são os seus respectivos elaboradores. Pelo fato da impossibilidade de examinar um dado período histórico de forma isolada, já que nada surge por acaso nem tão pouco desaparece sem deixar suas marcas, inicialmente faz-se um breve retrocesso no tempo até 1956, ano de implantação do Plano de Metas (elaborado principalmente pelo então secretário-geral e pelo segundo secretário do Conselho de Desenvolvimento, respectivamente, Lucas Lopes e Roberto Campos), passando pelo fracassado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (elaborado em 1963 por Celso Furtado, Ministro do Planejamento da época, e que foi abandonado logo após sua implantação) e pelo Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (formulado em 1964 pelo ministro do Planejamento Roberto Campos e pelo ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões, e que se estendeu até 1966) visando um maior entendimento das causas da crise em que o país se encontrava poucos anos antes de ocorrer o já mencionado período de crescimento econômico. Em seguida o período em questão, ocorrido entre 1969 e 1973, é analisado dando ênfase ao trabalho executado pelo então ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, mostrando quais as metas que foram alcançadas e as que não as foram, bem como as conseqüências que estas causaram para os períodos posteriores. Por fim, os dois últimos planos econômicos do regime militar, II PND (criado em 1974, pelo ministro da Fazenda João Paulo do

Reis Velloso), e III PND (estabelecido Delfim em 1980, período em que encontrava-se como ministro do Planejamento), são brevemente avaliados para mostrar os reflexos ocasionados pelas medidas tomadas por Delfim Netto durante o “Milagre”.

Palavras chave: Milagre. Política econômica. Crescimento econômico. Inflação.

1 ANTECEDENTES DO “MILAGRE”

Como decorrência de uma política econômica utilizada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Plano de Metas, elaborado principalmente por Lucas Lopes e Roberto Campos (secretário-geral e segundo secretário do Conselho de Desenvolvimento, respectivamente), o Brasil enfrentava uma crise no início dos anos 60. Esse plano objetivava “crescer cinquenta anos em cinco”, arrancando, dessa forma, o país do subdesenvolvimento transformando-o em um país industrializado. Se por um lado o Brasil alcançou certo nível de industrialização, em contra partida, com o fim do plano, o Brasil encontrava-se com: elevado endividamento internacional, causado pelos empréstimos e financiamentos estrangeiros que foram utilizados; um crescimento da inflação, devido ao aumento da oferta monetária; e uma redução no crescimento do PIB.

Tais efeitos colaterais foram sentidos durante o governo de João Goulart (1961-1964) que, tentando reverter a situação, implantou o fracassado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, proposto em 1963 pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado, que foi abandonado logo após sua implantação. Em 1963 o crescimento do PIB era de apenas 0,6% e em 1964 a inflação era de 91,9%, ao passo que no governo passado o crescimento do PIB era em média 7% e a inflação era de 25% (1960).

Em decorrência da instabilidade político-econômica instaurada, o Regime Militar é implantado em abril de 1964. Inaugurando essa nova fase da política brasileira, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assume a presidência. Em seu governo a política econômica, comandada por Roberto Campos (ministro do Planejamento) e Octávio Gouveia de Bulhões (ministro da Fazenda), tinha como prioridade o combate à inflação. Para tanto foi elaborado o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que

apontava o crescimento excessivo da demanda agregada (somatório do consumo total da economia com os investimentos, os gastos governamentais e as exportações, subtraindo-se as importações) como sendo a causa essencial da inflação.

Para combater a inflação o PAEG baseava-se no tripé salarial-monetário-fiscal. Onde a questão salarial (redução salarial) era a mais conspícua ao passo que a menos bem-sucedida foi a concentração monetária (baseando-se pela meta inicial de expansão monetária média anual de 36% no triênio 1964-1966, quando na verdade foi alcançado uma média anual de 54,8%, não muito distante de 60,3% que foi obtida entre 1961 e 1963).

As reformas econômicas implementadas por esse plano foram imprescindíveis para que o período de crescimento que estava por vir pudesse ocorrer. Vale ressaltar que muitas dessas reformas, tais quais: a redução salarial e a elevação dos impostos, só foram possíveis de serem realizadas devido à forma de governo, a ditatorial, em que foram aplicadas.

Outra fase na economia brasileira inicia-se em 1967 quando Antonio Delfim Netto assume o Ministério da Fazenda no governo de Costa e Silva. Ele apontava os custos como sendo a causa da inflação.

A proposta de política apresentada pelo novo ministro da Fazenda tinha como “objetivos de redução das taxas de inflação, estabilização do nível de atividade em torno de sua tendência de longo prazo e retomada do desenvolvimento acelerado”. (Delfim *Apud* Macarini (2000)

Essa política fez com que a economia brasileira obtivesse um desempenho satisfatório, alcançando uma taxa de crescimento de 14% no setor industrial. Mesmo assim “o discurso delfiniano reflete a existência de um “estado de espírito” marcado pela dúvida, pela incerteza ou mesmo pela insatisfação, afetando o regime e mantendo sub judice a execução da política econômica” (Macarini, 2000, p. 12)

2 “MILAGRE BRASILEIRO”

Período de crescimento acelerado ocorrido entre 1969 e 1973, apelidado dessa forma pela imprensa oficial do Governo Médici (1969-1974). Antonio Delfim Netto

continuou sendo o ministro da Fazenda durante esse governo, apesar de ter adotado uma nova política econômica, abandonando a perseguição pelo crescimento econômico e passando a perseguir a redução da taxa de inflação.

Agora o entendimento era que o controle da inflação era condição para o alcance do tão esperado crescimento econômico. Dessa forma, o norte da política econômica em 1969 foi à busca da estabilidade monetária, condição necessária para a estabilidade do desenvolvimento. Para tanto, o Banco Central estabeleceu em maio desse ano a Resolução 114, estipulando, dentre outras medidas, a política de tabelamento das taxas de juros. Essa política, vista de forma mais ampla, foi uma estratégia de estímulo da concentração bancária e financeira que, sob o amparo do capital bancário (superfavorecido pela política econômica em nome da redução dos juros), faria nascer um conglomerado financeiro, apontado como sendo um “degrau” para a criação de um conglomerado financeiro-industrial, indispensável para a consolidação do desenvolvimento.

“O déficit orçamentário volta a ser apontado como o principal foco gerador de pressão inflacionária, alerta-se para os riscos inflacionários da expansão imoderada dos meios de pagamento e defende-se a contenção do crédito”. (Macarini, 2000, p. 15).

Visando conter o déficit orçamentário, várias medidas foram implantadas, como, por exemplo: o Decreto n. 63.946, de 30 de dezembro de 1968, que objetivava conter o nível das despesas correntes; o Decreto n. 64.010, de 21 de janeiro de 1969, que estabelecia a quantia máxima para as despesas de caixa; Ato Complementar n. 40, de 30 de dezembro de 1968, que reduzia pela metade o Fundo de Participação dos Estados e Municípios (Macarini, 2000).

Da mesma forma em que o Plano de Metas causou conseqüências para o período posterior, o “Milagre Brasileiro” também causou, onde uma das conseqüências foi o endividamento externo.

Tal endividamento foi fruto dos empréstimos que financiaram esse crescimento acelerado. Como o Brasil não tinha condições de sustentar esse crescimento, apesar de possuir sistemas tributário e financeiro mais eficientes (conseguidos com o PAEG), o governo incentivou a captação de recursos externos. “As duas principais

modalidades de captação estavam baseadas na Lei 4131, que permitia o acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução 63, que permitia aos bancos brasileiros captar recursos no exterior para o repasse interno”. (Bellingieri, 2005, p. 5). Cruz *Apud* Bellingieri (2005) explica que esse processo de endividamento é devido a uma grande liquidez internacional aliada à expansão interna.

Apesar de ter obtido sucesso em muitas de suas metas, tais quais “o elevado crescimento da economia, aumento da produção industrial e das exportações”¹, Antonio Delfim Netto não só não conseguiu alcançar algumas outras de suas metas como causou vários problemas, tais quais: aumento da dívida externa; surgimento de grandes conglomerados, através do estímulo a fusões de empresas; “arrocho salarial”, pelo fato do aumento dos salários ser considerado como aumento de custos; “as concessões de crédito ao consumo e à construção de moradias não foram destinadas às classes mais baixas da população, mas sim às classes média e alta” (Bellingieri, 2005, p. 5-6).

3 PERÍODO PÓS “MILAGRE”

O quadro econômico do Brasil durante o governo de Geisel (1971-1979) não era nada agradável, pois havia uma desaceleração do crescimento econômico e uma elevação na taxa inflacionária, acarretadas pelas medidas tomadas por Delfim no período passado e agravadas pelas crises do petróleo (1973 e 1979).

Em 1974 o novo ministro da Fazenda, João Paulo do Reis Velloso, elaborou o II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento) - o I PND havia sido elaborado por Delfim em 1971 – com o objetivo de reverter a situação da economia nacional. Outra possível solução dos problemas econômicos era a recessão, medida abandonada pelo fato do regime militar ser legitimado pelo crescimento econômico.

Segundo Bellingieri (2005) a estratégia utilizada pelo II PND baseava-se no apoio à indústria de base (bens de capital, bens intermediários e insumos básicos), divergindo da estratégia do “Milagre” que era baseada no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com concentração de renda. Dentre as várias medidas tomadas pelo novo plano estavam: mudança nos investimentos de transporte, visando a retenção de

¹ Ver Bellingieri, 2005, p. 5.

gastos com petróleo que estava com um preço elevado devido à crise do petróleo; diversificação da matriz energética – criação do Pro-álcool em 1975 e construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

O II PND acarretou o aumento da estatização e da economia e da dívida externa, dessa vez com a característica de ser do setor público.

No segundo semestre de 1979, Delfim assume o ministério do Planejamento no lugar de Simonsen, antigo ministro do Planejamento do Governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985) – último governo do regime militar.

Tentando combater a inflação, a princípio, Delfim adota o crescimento econômico. Para tanto, ele desvaloriza a moeda em 30% com o objetivo de aumentar as exportações, “que estimularia o crescimento e traria mais dólares ao País, melhorando o Balanço de Pagamento” (Bellingieri, 2005, p.10). Sua estratégia fracassou e a inflação chega a 110% em 1980.

Em 1980 Delfim lança o III PND, mudando sua política econômica para o ajuste externo, alcançado através de superávits externos. Não era mais possível o crescimento pelo endividamento devido ao aumento dos juros internacionais, que dificultou a captação de recursos internacionais. O Brasil teve que recorrer ao FMI para não quebrar.

Havia chegado o momento de começar a pagar a dívida externa, porém esse pagamento seria através do superávit externo, alcançado já em 83-84 como resultado da recessão, aliada a queda do salário real e aos recursos financeiros oriundos do FMI.

O crescimento econômico é atingido em 1984, porém a inflação não conseguiu ser controlada, chegando a 223% nesse mesmo ano. Controle esse que só foi alcançado com a implantação do Plano Real (1994), já no Governo de Itamar Franco pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BELLINGIERI, Júlio César. *A Economia no Período Militar (1964-1984): Crescimento com Endividamento*, disponível em <http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/001-bellingieri-economia_periodo_militar.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2009.

MACARINI, José Pedro. *A política bancária do regime militar: O Projeto de Conglomerado (1967-1973)*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 124, jan. 2007. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto124.pdf>>. Acesso em 03 de julho de 2009.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 99, set. 2000. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto99.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2009.

MACARINI, José Pedro. *Um aspecto da política econômica do “milagre brasileiro”: a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 122, set. 2006. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto122.pdf>>. Acesso em 04 de junho de 2009.

MARTINS, Marco Antonio Campos. Crescimento e estagnação da economia brasileira - 1947/2003. *A Economia do Brasil*. Disponível em <<http://www.aeconomiadobrasil.com.br/artigo.php?artigo=157#>>. Acesso em 05 de julho de 2009.